



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ — UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MATHEUS CARVALHO PONTE

BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933): diferença racial e produção da nacionalidade

**PARNAÍBA-PI
2024**

MATHEUS CARVALHO PONTE

BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933): diferença racial e produção da nacionalidade

Artigo apresentado à Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.
Orientador(a): Professor Doutor Danilo Alves Bezerra

**PARNAÍBA-PI
2024**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 16:00 horas, em Sala Virtual do Google Meet, na presença da banca examinadora, presidida pelo(a) professor **Danilo Alves Bezerra** e composta pelos seguintes professores membros: Fernando Bagiotto Botton e Leonardo Dallacqua de Carvalho, o discente Matheus Carvalho Ponte apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933): diferença racial e produção da nacionalidade**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela **APROVAÇÃO** do candidato. Eu professor Danilo Alves Bezerra na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo discente apresentador do trabalho.

Obs.: A banca avaliou o trabalho do discente com a nota 10,0 (dez).

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br **DANILO ALVES BEZERRA**
Data: 12/06/2024 08:33:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra
Universidade Estadual do Piauí –
Uespi/Parnaíba
(orientador)

Prof. Dr. Leonardo Dallacqua de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão –
Uema
(examinador externo)

Documento assinado digitalmente
gov.br **FERNANDO BAGIOTTO BOTTON**
Data: 12/06/2024 12:10:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton
Universidade Estadual do Piauí –
Uespi/Parnaíba
(examinador interno)

Documento assinado digitalmente
gov.br **MATHEUS CARVALHO PONTE**
Data: 16/06/2024 14:53:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Matheus Carvalho Ponte
Discente

Eterna gratidão por minha família que me auxiliou em todas as fases turbulentas e que incentivou minha paixão pelo estudo. Sem vocês esse momento jamais seria possível.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeira e fundamentalmente ao meu orientador, Danilo Alves Bezerra. Agradecer aos seus conselhos, auxílio e disposição para tirar minhas dúvidas acerca da pesquisa acadêmica e por me encaminhar para melhores caminhos em momentos de confusão. Além disso, destacar seu fator humano de companheirismo e incentivo não somente como orientador, mas também em diversos momentos ao longo da graduação, em suas maravilhosas e empolgantes discussões semanais, conversas extraclasse ou viagens de campo. Seu conhecimento e personalidade são incentivos para continuar os estudos, essa pesquisa não seria possível sem sua participação.

Agradeço aos excelentes profissionais docentes que tive a honra de ser aluno ao longo do curso de história, todos com suas mais diversas personalidades, conhecimentos e didáticas que sem dúvida contribuíram imensamente para desenvolver ainda mais minha paixão pela história e pela docência.

Agradeço a minha família pelo apoio durante o período da graduação, fazendo o possível para me manter em uma posição confortável ao me mudar para uma nova cidade e por incentivar minha vontade de levar meus estudos adiante. Para minha mãe, Marinalda e ao meu pai, Francisco, cabe apenas minha eterna gratidão pelas oportunidades que me possibilitaram e ensinamentos que contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje.

Aos meus colegas e amigos de turma que contribuíram em nossos encontros semanais, discussões de texto ou até mesmo em conversas fúteis que deixavam todo o clima acadêmico mais leve em certos momentos tão difíceis. Um agradecimento especial a minha amiga Thalia, que me auxiliou em nossas conversas sobre a pesquisa acadêmica e até mesmo me apresentou a fonte utilizada nesse trabalho em um momento que eu ainda não sabia utilizar a Hemeroteca Nacional digital com propriedade.

Em suma, agradeço a vivência acadêmica na Universidade Estadual do Piauí, que não foi perfeita, mas contribuiu de forma incomensurável para meu crescimento pessoal e profissional.

BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933): diferença racial e produção da nacionalidade

Matheus Carvalho Ponte

RESUMO

O presente artigo discorre acerca dos discursos eugenistas veiculados pelo periódico brasileiro *Boletim de Eugenia* entre os anos de 1929–1933. A temática se justifica mediante a atualidade desse debate e visou a identificação da circulação dos discursos eugenistas no Brasil no início do século XX. Para isso foram estudados os conceitos de eugenia, junto da análise da fonte impressa *Boletim de Eugenia (1929–1933)*, bem como do material bibliográfico referente a temas que se relacionam com a temática e material metodológico. Após análise da fonte e bibliografia foram escolhidos os pontos mais pertinentes para entender a veiculação dos ideais eugenistas no país. Desse modo, se trabalhou a perspectiva de que para os eugenistas presentes no *B.E* os fatores de desenvolvimento nacional estavam atrelados à diferenciação racial e que esses discursos veiculados pela fonte tinham como fito manter/ampliar seu poder por meio de projetos racistas que visavam excluir maior parte da população.

Palavras-chave: Eugenia; Boletim de Eugenia; Renato Kehl.

“BOLETIM DE EUGENIA” (1929–1933): racial difference and production of the nationality

Matheus Carvalho Ponte

ABSTRACT

The present article discusses the eugenic discourses disseminated by the Brazilian periodical “*Boletim de Eugenia*” between the years 1929–1933. This topic is justified by the current relevance of this debate and aimed at identifying the circulation of eugenic discourses in Brazil at the beginning of the 20th century. For this purpose, the concepts of eugenics were studied alongside the analysis of the printed source “*Boletim de Eugenia*” (1929–1933), as well as bibliographic material related to themes connected to the topic and methodological material. Following an analysis of the source and bibliography, the most pertinent points were selected to understand the dissemination of eugenic ideals in the country. Consequently, it was posited that for the eugenicists present in the “*Boletim de Eugenia*”, the factors of national development were tied to racial differentiation and that these discourses disseminated by the source aimed maintain/expand their power through racist projects intended to exclude a significant portion of the population.

Keywords: Eugenics; “Boletim de Eugenia”; Renato Kehl.

INTRODUÇÃO

Dentro do meio acadêmico a eugenia é um processo largamente estudado, que possui amplo debate (especialmente na área da História). Apesar disso, o tema carece de uma janela nova para o público geral, que não faz parte da área. Percebi isso a partir de muitos olhares de confusão enquanto eu explicava para as pessoas, de fora dos cursos de humanas, do que se tratava o processo eugênico no Brasil ao ser questionado sobre o tema de minha pesquisa. Enquanto isso, pairava a indagação em minha mente: “Apesar de tantos debates, essa temática tão marcante na história nacional conseguiu ultrapassar as paredes da universidade e atingir a sociedade na totalidade?”. É a partir dessa dúvida que escrevo essa pesquisa e discorro acerca da ideologia eugenista e de sua circulação, influências e adaptações ao cenário nacional no início do século XX.

Partindo desses pressupostos, se baseiam os objetivos dessa pesquisa, que prioritariamente, visa analisar como circula no Brasil o debate acerca da eugenia, partindo do periódico *Boletim de Eugenia (B.E)* no período de 1929–1933 e seu impacto nos discursos raciais. Para isso discutimos movimentos e ideias que estavam em voga no período estudado (higienismo, positivismo, cientificismo, imperialismo e eugenia); seguindo-se da investigação dos discursos (raciais, nacionalistas, científicos) e colaboradores veiculados no mesmo periódico.

A pesquisa foi realizada partindo principalmente da fonte escrita *Boletim de Eugenia*, junto da utilização de referencial teórico que já havia analisado a fonte anteriormente (ROCHA; SOUZA; SILVA). Também utilizamos, de outros autores relacionados aos temas abordados (ciência, imperialismo, racismo, modernidade, civilização, colonialismo) durante a escrita do trabalho (MBEMBE; CARVALHO; SCHWARCZ; ALMEIDA; SEVCENKO, etc.) e do material metodológico (LUCA; PINSKY). Com relação aos autores estudados, temos o principal nome presente no periódico *B.E*, seu fundador, Renato Kehl, entre colaboradores de menor recorrência, presentes em algumas edições do jornal, temos W. Schraenen, H. Lundborg. Ademais, também foram abordados alguns aspectos da eugenia “preventiva”¹ de Belisário Penna.

A eugenia é uma “ciência” advinda do final do século XIX moldada e estabelecida a partir de Francis Galton que, partindo de interpretações da publicação “A origem das Espécies” (DARWIN, 1859), colocava que as teorias entendidas no meio biológico das plantas e animais

¹ Para mais ver: CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Sanear é eugenizar: a eugenia “preventiva” de Belisário Penna a serviço do saneamento do Brasil, 1920-1930. 2022, p. 653-654.

seriam também aplicáveis ao meio social. Partindo desse pressuposto, ações individuais e coletivas, vícios, comportamentos morais/sociais e criminalidade não seriam fatores que eram influenciados apenas pela educação e cultura, mas seriam prioritariamente definidos pela genética, hereditariedade, e que, para os eugenistas, moldavam a sociedade porvindoura. Como coloca o historiador Boris Fausto acerca do famoso crime ocorrido em São Paulo na década de 1930:

A Escola Positiva se caracterizava por um discurso médico-científico que patologizava o ato antissocial, encarando o criminoso como um doente; o crime, como um sintoma; a pena ideal pela prática de um delito, um tratamento e não um castigo. Combatia o que se costumava denominar teoria clássica, fundada nos pressupostos do livre-arbítrio e da responsabilidade moral do delinquente, em contraste com o determinismo biopsicológico positivista. (FAUSTO, 2009, p.54)

Fausto refere-se à escola positiva, intrinsecamente ligada às ideologias eugenistas vigentes no período, tendo em vista que a valorização extrema do discurso científico era um pressuposto caro aos eugenistas, que visavam caracterizar o movimento enquanto uma ciência séria e que estava conforme os preceitos do contexto histórico da época, pautado em ideais de civilização e modernidade, e por conta disso, definidora da população que estava sendo formada e que (como na criminalidade) afirmava que o livre-arbítrio não sobrepunha os caracteres biológicos definidores da índole do indivíduo.

A partir dessa interpretação disseminou-se o ideal eugênico que consistia no “melhoramento das raças”, amparado largamente no racismo e no imperialismo, que os lastreava, difundindo ideias que consistiam na realização concreta desse projeto, tais quais: superioridade do sangue europeu, proibição de casamentos inter-raciais, políticas de imigração e emigração, realização de esterilizações, exames pré-nupciais e promoção de uma educação que estimulasse os valores eugênicos. A ideologia propagada entre os eugenistas se direcionava especialmente às pessoas negras, asiáticas e mestiças, consideradas “inferiores” às demais nacionalidades europeias e desse modo um perigo à constituição de nacionalidades que estivessem consoante os padrões europeus das elites brancas da época.

Cabe destacar que havia divergências entre eugenistas e que nem todos defendiam essa versão da inferioridade de raças ou existência de sub-raças. Como foi o caso do eugenista no campo da “eugenia preventiva”, Belisário Penna, que pendia para o lado de uma eugenia mais voltado ao higienismo e ao consequente melhoramento da nação por meio de políticas voltadas à saúde, sem atribuir uma condenação da nacionalidade brasileira por conta de sua raça. (CARVALHO, 2022, p. 648–649).

Ainda assim, os discursos de inferioridade racial eram bem aceitos e largamente disseminados nos meios acadêmicos, científicos e médicos, dada às condições permanentes de trabalho escravo por quase quatro séculos. A justificação deles pelos meios científicos à época ganhou adesão em massa de um largo grupo de eugenistas que disputavam com aqueles adeptos dos modelos eugênicos menos radicais.

A temática não tardou a chegar no Brasil, sendo largamente veiculada pelas camadas sociais médias e pela elite da época (comunidade médica, política, intelectual) ainda no final do século XIX e com especial disseminação no início do século XX. Essas camadas visavam trazer a teoria de Galton para o cenário nacional, gerando discordâncias e contradições dentro do próprio movimento eugênico brasileiro acerca da particularidade nacional da mestiçagem e atribuíam aos problemas sociais enfrentados um caráter biológico, racial, hereditário. A discussão acerca da nacionalidade brasileira era uma constante nos grupos de debates que reunia os eugenistas e nas publicações acerca da temática, associando o processo eugênico brasileiro a uma cruzada moral para a salvação da nacionalidade, do futuro próspero do país, cabendo aos “salvadores” do movimento eugenista promover uma cruzada contra os degenerados indivíduos formadores do nacional, realizar o estímulo dos “bons tipos” voltados aos ideais europeus e realizar as mudanças nacionais juntos do poder público².

Entre os meios de disseminação dos ideais eugênicos estava o periódico *Boletim de Eugenia*, que contava com publicações mensais entre os anos de 1929–1933. O seu diretor e proprietário era Renato Kehl, médico, farmacêutico e um dos principais nomes da eugenia no Brasil. O *Boletim* tratava acerca dos mais diversos temas, como matrimônio, concepção, educação, imigração e política. Todos envolvendo de alguma forma as questões eugênicas no cenário nacional e internacional. Contava com publicações de artigos, notícias e eventos de diversos autores internacionais e nacionais, que compactuavam com a eugenia e fortaleciam os pontos que o boletim visava destacar nas suas publicações em prol da propagação da eugenia nacionalmente.

Este trabalho está dividido em duas seções. Na primeira seção objetiva-se o contexto histórico do início do século XX no Brasil e suas particularidades para a efervescência de ideias que estavam mescladas, imperialismo, modernidade, ciência, ideias que geravam um

² Como exemplo pode ser citada a realização do primeiro concurso de eugenia realizado sob a orientação do serviço sanitário do Estado de São Paulo visando eleger a criança eugênica do ano. Esse caso é encontrado no *B.E* no ano de 1929, junto deste, há casos da participação de vereadores e outros políticos propondo e aprovando medidas de caráter eugênico ao longo das edições do periódico. Influentes representantes da eugenia brasileira (Renato Kehl, Roquete Pinto e Oliveira Vianna) foram também responsáveis na formação de uma subcomissão responsável por rever a legislação imigratória aprovada pela Assembleia Constituinte de 1933-1934. (SOUZA, 2016, p.14:)

sentimento de “por vir” e que contribuíram para a entrada do movimento eugenista no país. Na segunda seção tratam-se alguns dos discursos, público-alvo e autores que eram difundidos no periódico *Boletim de Eugenia* e seus interesses com relação à implementação desses ideais no país. Essas considerações serão feitas a partir da leitura do *Boletim de Eugenia*, juntamente do auxílio das referências bibliográficas que analisaram o periódico. A partir dessas, e da leitura do Boletim, foram escolhidos alguns autores de maior relevância para verticalizar a análise e recortar melhor o problema da pesquisa;

1 — Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX: um caldeirão de ideias

É impossível comentar sobre Brasil e o estabelecimento de uma ideologia que visa a diferenciação e superioridade de raças sem comentar o processo histórico que estruturou e facilitou a aceitação desses ideais no país: a escravidão. No Brasil, a escravidão perdurou durante quatrocentos anos (do século XVI ao século XIX), além disso, foi a última nação do Ocidente a concluir a abolição e libertação da população negra/africana. Um dos argumentos mais utilizados para justificar a escravidão moderna recaiu sobre o critério racial, atribuindo a escravização um fator étnico de superioridade branca e europeia com relação aos negros, indígenas e asiáticos.

Essa suposta superioridade se baseava em fatores religiosos, morais e “científicos” da época, relacionando à dominação dos povos “inferiores” com o progresso, civilização e salvação das nações abatidas pelos dominadores que se imbuíam de uma justificativa moral do “fardo do homem branco”³, mas que não passava de interesses econômicos de dominação das riquezas locais e da formação de ideais de superioridade que favorecessem a ascensão de seres humanos sobre outros, justificando a desigualdade. Acerca da atribuição de raças aos seres humanos em meados do século XVI, Silvio Almeida afirma:

Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que transformaria mais tarde o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (ALMEIDA, 2019, p.18)

Desse modo, o racismo teve lugar nessa dinâmica de dominação e passou a justificar as regalias de uma classe sobre as outras, amalgamando-se profundamente na mentalidade coletiva brasileira, ao ponto de se naturalizar, tornou-se algo comum e altamente disseminado a

³ Para mais informações ver: Eric Hobsbawm: A era dos Impérios 1870-1914.

diferenciação racial entre superiores e inferiores, ainda que por vezes de modo implícito. Não somente por conta da escravidão, mas por conta dos diversos movimentos que surgiram após a sua abolição, afinal de contas, a estrutura social do racismo já estava entranhada em solo brasileiro. A abolição ocorreu de maneira abrupta e sem um projeto que visasse reparar o prejuízo que quatrocentos anos de extrema violência causaram na população negra, que agora liberta, não tinha acesso a empregos, educação, saúde ou respeito por meio do acesso à cidadania. Foi por meio dessa conjuntura que movimentos eugenistas tiveram vasta aceitação em terreno nacional, as sementes já haviam sido plantadas décadas antes. (SCHWARCZ, 1993, P. 14)

Na conjuntura internacional da segunda metade do século XIX observaram-se as mudanças drásticas ocorridas nas questões tecnológicas, científicas e do imaginário social acerca das ideias sobre o que seria progresso e modernização. Essas mudanças foram mais claramente perceptíveis em grandes centros urbanos, com especial destaque para a realidade francesa de Paris ou mesmo inglesa, em sua capital, Londres. Entre os fatores a serem destacados estão a corrente de urbanização que agitou a vida urbana em um projeto para modernizar e embelezar as cidades, novas tecnologias que chegaram com o advento do progresso tecno-científico para melhorar e facilitar tarefas, aspectos culturais que valorizavam uma vida culturalmente/socialmente ativa. Havia também os encontros em cafés, participação em festas, exaltação da arte e da boemia noturna e para além desses fatores, estava a corrente higienista que visava diminuir doenças, aumentar a expectativa de vida da população e combater mortes com o auxílio dos novos paradigmas científicos.

Esses fatores trouxeram grande otimismo e esperança para com o futuro, especialmente quando se fala no contexto Ocidental. Porém, esse sentimento já não era o mesmo na década de 1930. Condições como a Primeira Guerra Mundial e a gripe espanhola foram importantes para influenciar na diminuição desse bem-estar ao deixar evidente os males que esse mesmo processo tecno-científico havia trazido na produção armamentista e nos limites médicos que haviam sido atingidos no período. Juntamente, estavam os conflitos sociais que se mostravam claros em um processo de modernização que era restrito para poucos, uma vez que o número de desempregados aumentava alarmantemente condições de fome, insalubridade, mendicância e subempregos tomavam conta das grandes metrópoles que contrastavam com a imagem de modernidade, civilização e boemia noturna tão comentada e disseminada ao se falar desse período (ORWELL, 1933). Todavia, mesmo com suas contradições, esse processo não foi a derrocada da concepção que se tinha sobre o pensamento de modernização, que continuava vivo e ainda iria para muito além da Europa.

No Brasil, esse artifício gerou enorme influência nas grandes cidades que tinham como projeto replicar um contexto europeu nos trópicos. A partir dessa influência, pode-se observar reflexos desses diversos fatores urbanísticos, culturais, científicos, ideológicos e higiênicos nos grandes centros do país: São Paulo e Rio de Janeiro, optado nesse texto trabalhar especificamente acerca da capital fluminense. Posteriormente, as mudanças ocorridas nessas cidades serviram como base de projetos e ideológica para o restante do país.

O Rio de Janeiro em 1930, à época capital do Brasil, já se destacava desde o período imperial, com o estabelecimento de um maior investimento na cidade, na produção cultural, política urbanística, campanhas higienistas, entre outros diversos aspectos que se inspiravam diretamente na realidade europeia. Como foi colocado por Nicolau Sevcenko: “No Brasil, no período estudado, esse papel de metrópole modelo recai sem dúvida sobre o Rio de Janeiro, sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros como nacionais” (1998, p.522). O discurso de modernidade advindo da realidade estrangeira recaía sobre a capital brasileira, tornando-se algo que era almejado enquanto projeto, com as particularidades nacionais. Desse modo, as produções estrangeiras e nacionais de maior visibilidade no período passavam pela cidade, que exercia um papel de centro de produção cultural, para serem posteriormente disseminadas pelo restante do país, que recebiam essas diversas influências e as reinterpretam/adaptam à sua maneira em um processo muito particular. Nessa pesquisa não entramos no mérito das diversas correntes de pensamento regionais que, logicamente, produziam seus próprios estudos acerca de sua realidade, mas destaca-se a influência da metrópole cosmopolita na disseminação de ideias em caráter nacional. Ainda segundo Sevcenko:

O Rio dita não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como o formulou Gilberto Freyre, numa cidade “panbrasileira” (1998, p.523).

Entretanto, essa visão que Sevcenko coloca a partir de Freyre ocorre de maneiras variadas no cenário nacional. Esse mesmo processo que Freyre estabelece como uma celebração do papel do Rio de Janeiro enquanto um disseminador de um modelo nacional a ser adotado foi auxiliar para que diversos autores e intelectuais tentassem moldar a realidade nacional. De modo que representasse interesses muito específicos centrados no cientificismo racial vigente, eliminando os traços da diversidade brasileira, visando uma sociedade ainda mais “europeizada” e elitizada.

O cientificismo racial foi uma corrente que por um longo período exerceu forte influência enquanto política internacional visando teoricamente um “melhoramento da raça”. Para além desse fator, estavam presentes objetivos e interesses implícitos de justificativa para o domínio de nações consideradas “inferiores” ou mesmo o domínio de intelectuais e homens da ciência em suas respectivas nações.

A atribuição da negatividade às “raças inferiores” (negros, indígenas, mestiços) era constante, relacionando a presença destes grupos ao atraso da sociedade, maior propensão no cometimento de crimes, degeneração e condenação da sociedade. No Brasil esse processo recebeu uma adaptação inédita em relação ao estrangeiro, ajustado para o contexto da miscigenação para fator de branqueamento e salvação do destino da nação, processo inconcebível para nações europeias que rejeitavam profundamente a miscigenação, considerando-a o pior dos dois mundos. Acerca desse processo, Lilia Schwarcz coloca:

Denominada ‘darwinismo social’ ou ‘teoria das raças’, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitiriam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ - e portanto não sujeitos a processos de miscigenação - e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social. (SCHWARCZ, 1993, p.58)

Desse modo, coube aos eugenistas brasileiros adaptar as teorias estrangeiras, inserindo postulados que em grande medida não eram aceitos no exterior. A viabilidade da miscigenação foi colocada como necessária para validar um futuro para a nação brasileira, tendo em vista que não faria sentido a defesa das ideias positivistas, higienistas e científicas para uma nação que já teria o futuro previamente condenado pelo seu fator histórico/biológico, ainda que o movimento se dividisse em alas mais extremas que defendiam a segregação racial e a esterilização dos indivíduos “inferiores” (SOUZA, 2016).

Com o processo de recebimento e “abrasileiramento” de ideologias estrangeiras, estavam atrelados ao ideal de modernidade e cientificismo da época as questões que envolviam os aspectos raciais diversos do Brasil, que justamente na década de 1930 vinham perdendo o longo fôlego que exercia no cenário nacional desde 1870. Acerca desse processo, Ângela de Castro Gomes afirma:

Segundo essa concepção, que a partir dos anos 1930 começaria ser muito questionada, embora não desapareça, o imigrante branco colaborava para o “crescimento e melhoramento” do país de múltiplas formas, inclusive morais. Sustentava-se, sobretudo no início desse século, que o “branqueamento” do povo era uma questão de tempo; um tempo bem empregado, pois o imigrante trazia um *éthos* do trabalho e uma preocupação com o futuro que os nacionais não possuíam. (GOMES, 2013, p.51)

Ainda assim, o processo em torno da apresentação de um suposto “problema racial” enquanto responsável pela condenação da nação a um eterno atraso e impossibilidade de prosperar ainda eram debatidos nacionalmente. Visando disseminar essas teorias e transformar o Brasil em uma nação “racialmente melhorada”, mesmo que por meio da mestiçagem, o que, segundo os defensores dessas teorias, elevaria o país a prosperidade e modernização.

Entre os pressupostos da “melhora nacional” não se pode deixar de fora a corrente higienista vigente na época. O movimento não teve como origem o cenário nacional, advindo do cenário médico e científico estrangeiro que desde o final do século XIX vinha desenvolvendo medidas para conter as mais diversas doenças e epidemias que retiravam vidas em larga escala e reduziam o bem-estar das pessoas, especialmente nas zonas urbanas que contavam com alta concentração de pessoas aliadas as péssimas condições de saneamentos dos centros. Partindo da profilaxia, do saneamento, das medidas sociais higiênicas e do desenvolvimento de medicamentos e vacinas, o movimento higienista buscava contornar os males causadas pelas doenças.

No Brasil, esse processo tem na Revolta da Vacina (1904), no Rio de Janeiro, um exemplo muito conhecido, uma das maiores revoltas urbanas já vistas na história nacional, motivada pela forma em que foram implementadas as medidas higienistas na cidade.

A maneira autoritária, aliada da falta de campanhas de esclarecimento das medidas higiênicas, fez que a população se revoltasse contra a forma que estava sendo conduzida a campanha de vacinação e saneamento da capital, que focada especialmente nas áreas que a população mais pobre morava, gerou desconfiança e medo de um Estado que constantemente atentava contra sua população de classe social baixa. Apesar do conturbado início do higienismo no Brasil, as campanhas iam desenvolvendo-se e ao longo do tempo ganharam o caráter de melhoramento da população pelos meios da saúde. Foi com o aspecto da “melhora nacional” que o higienismo e a eugenia começaram a se entrelaçar, como coloca o autor Leonardo Dallacqua de Carvalho:

O movimento sanitário que marcou a Primeira República estava conectado a um projeto ideológico de construção da nacionalidade (Castro-Santos, 1985, p.11). Ao erguer a bandeira de um saneamento militante nas primeiras décadas do século XX, seus apoiadores tinham como predicado as correntes nacionalistas para reformar um país considerado atrasado, abandonado e pessimista em relação à sua composição racial. (CARVALHO, 2022, p. 647)

Nesse prisma, saneamento e eugenia começavam a se misturar, gerando por parte dos eugenistas o sentimento de que não cabia ao higienismo somente a missão de melhorar a saúde da população, mas a de melhorar a população através da saúde, corrente teórica que circulou

enquanto uma “eugenia preventiva” e que gerava desacordos entre os membros da eugenia brasileira:

A articulação entre eugenia e saneamento era manifesta na modalidade ‘preventiva’ de eugenia. Isto é, se a concepção da eugenia ‘positiva’ era preocupada com a reprodução dos adequados, e a “negativa”, com controlar a reprodução dos inadequados, a ‘preventiva’ associava a prática sanitária à saúde da raça e às reformas sociais. Embora as três correntes tenham circulado no Brasil, a “preventiva” foi a modalidade abraçada na interlocução entre eugenia e saneamento. (CARVALHO, 2022, p. 653)

Dessa maneira, teóricos discordavam em relação com qual o modelo de eugenia seria mais produtivo e adequado ao cenário brasileiro, muitos defendendo o modelo “negativo” que pode ter exemplos nas políticas segregacionistas dos Estados Unidos da América e Alemanha, na “positiva” que estimulava a reprodução dos “bons elementos” da sociedade, indivíduos de cultura, sadios e que geralmente faziam parte das elites e a eugenia “preventiva” muito ligada ao higienismo e ao melhoramento da saúde da população que conta como um dos representantes o teórico Belisário Penna (CARVALHO, 2022).

Observava-se, portanto, visões diversas para essa novidade que aqui se estabelecia desde 1889: a República. Advento esse, que tem enquanto teoria a participação popular e o povo enquanto soberano em seus desejos de representação dos seus direitos políticos, civis e sociais. Mas afinal de contas, quem era o povo dessa nação republicana? Certamente, para os eugenistas, não eram todos os brasileiros. Assim como os direitos garantidos pelo sistema republicano encontravam-se destituídos de sua representação conceitual, a coisa pública não era para todos, prevalecendo os interesses privados sobre o bem coletivo.

As elites da época, assim como os eugenistas, consideravam que este novo projeto de Estado deveria ser liderado por camadas específicas da sociedade, um sistema que não era para todos e excluía a maioria de sua população do jogo político por meio da proibição da votação aos analfabetos (que compunha quase que inteiramente a população do período). Um sistema que propunha a cidadania, mas que limitava a liberdade de expressão de sua população (guerra de canudos, revolta da chibata, proibição da capoeira, greve de 1917, entre outros) e o acesso à moradia para os mais pobres (lei de terras, reforma de Pereira Passos). Um sistema que se coloca como atrelado ao direito social, porém, não se preocupa em ofertar saúde, segurança e educação para sua população.

Era uma república que falhava em maior parte de seus aspectos republicanos, mas que obtinha grande sucesso em seu projeto modernizante atrelado ao conservadorismo. Modificava-se a sociedade, mas com o devido cuidado para que ela não se modificasse demais e ocasionasse a ascensão das camadas populares (CARVALHO, 1987, p. 64 - 65).

Entre os que buscavam disseminar o modelo de mundo voltado a uma união das eugenias “positiva”, “negativa” e em partes da “preventiva” ainda na década de 1930 estava Renato Kehl entre os autores presentes no *Boletim de Eugenia*. O periódico visava expandir o número de adeptos dos processos de cientificismo racial no Brasil de diversas maneiras (que serão aprofundadas na próxima seção). Nadando contra o movimento que buscava trazer positividade para a diversidade brasileira em sua mestiçagem e mostrando que ainda havia ferrenhos defensores e organizações que apoiavam os modelos eugênicos na produção de um projeto de nação na década de 1930.

Dessa forma, para abarcar as diferentes vertentes do trabalho, foi inicialmente apresentado um panorama do periódico *Boletim de Eugenia*. Logo após, trabalhamos a metodologia do trabalho com fontes escritas no modelo de imprensa e suas particularidades no contexto da área da história. Por último, foram analisados os discursos científico e de nacionalidade e suas influências no contexto de utilização da superioridade e diferença racial.

2 — As teorias raciais no Brasil partindo dos discursos do periódico Boletim de Eugenia (1929–1933)

2.1) Boletim da Eugenia (1929–1933)

O nosso stock de homens physica e moralmente superiores é diminuto, tão diminuto que, aos olhos de muitos scepticos, não se encontra, actualmente, no seio de 40 milhões de indivíduos, meia dúzia de verdadeiros estadistas que tomem as rédeas do carro do Estado e o levem digna e brilhantemente pelo caminho da ordem e do progresso. Só uma política sanitária, só uma política eugênica poderá melhorar a situação econômica, política e social do Brasil, operando a regeneração racial”. (CONDE DE AFONSO CELSO, *Boletim de Eugenia*, 1929, ed. 12, p. 06)

A fala de Conde Afonso de Celso do Jornal do Brasil acerca da obra lições de eugenia de Renato Kehl retrata bem alguns pontos que serão observados na análise da fonte. O projeto de sucesso nacional, para os eugenistas, estava diretamente ligado a raça e caberia a eles serem os “evangelizadores” dessas ideias.

É possível observar que o *Boletim* tratava da questão da propaganda dos ideais eugênicos no cenário nacional e que também realizava a divulgação das duas outras seções. Dessa forma, boa parte do conteúdo contido no periódico advém da realização concreta de políticas e estudos que dizem respeito à implementação da eugenia. Não se limitando apenas às publicações, mas à organização do movimento com encontros, conferências e palestras visando alternativas para realizar o projeto no país. Além da minha leitura do *Boletim de Eugenia*, são

utilizadas também as análises da fonte realizadas por Simone Rocha (2010), Juliana Silva e Luender Silva (2023) e Vanderlei Sebastião de Souza (2016).

Os autores supracitados partiram de diferentes abordagens e prismas para analisar a fonte. Rocha (2010) parte de um ponto de vista de análise dos colaboradores da fonte, as principais ideias divulgadas, relação entre a história do Brasil movimento eugenista, assim como temas que autora considerou mais relevantes para sua discussão, como: cultura e ideal social, filantropia e degeneração racial, imigração, educação e casamento. A autora foi uma das primeiras a estudar a fonte *B.E.*, por conta disso, conta com diversas informações pertinentes aos colaboradores, temas, modificações e influências dos eugenistas no periódico.

Juliana Silva e Luender Silva (2023) debatem aspectos mais ligados à psicologia criminal, criminalidade e produção de discursos de degeneração psicológica. Assim, boa parte de seus escritos sobre a fonte se pautam na realização de inferências entre a mentalidade coletiva e a atribuição de caracteres hereditários que os eugenistas realizavam com relação à população, atribuindo a criminalidade a grupos específicos da sociedade (discurso já mencionado anteriormente com a utilização de Boris Fausto) e realizando a diferenciação entre o “nós” (superior, intelectual, nacional) e o “outro” (inferior, criminoso, degenerado).

No caso de Souza (2016), o autor não analisou diretamente as obras contidas no *Boletim de Eugenia*, mas conta com uma análise da persona de Renato Kehl. Nessa análise, entram obras, conferências, entrevistas relacionadas ao eugenista, entre as obras estava sua atuação no *B.E.* Por meio do viés de análise do diretor do periódico é que entra a obra de Sousa na pesquisa, uma vez que sua obra discorre acerca das posições adotadas por Kehl para além do jornal, sua atuação em diferentes frentes do movimento eugênico nacional, suas discordâncias com outros eugenistas do período, assim como aspectos de sua vida pessoal.

A fonte estudada aqui teve como início de suas atividades o ano de 1929, veiculada até 1933. Inicialmente a sua sede encontrava-se no Rio de Janeiro (tendo sido movida para Piracicaba em 1932) e tinha como diretor e proprietário o médico/farmacêutico Renato Kehl, que no ano de 1932 iniciou a divisão da direção do periódico com Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Júnior (ROCHA, 2010, p. 36–37).

As publicações por maior parte de sua existência ocorreram de maneira mensal, de 1929 a 1931. A partir de 1932, com a mudança da sede, também se modificou a periodicidade, sendo publicado de maneira trimestral até o seu encerramento em 1933. Minha leitura e análise da fonte foi realizada a partir do acesso à fonte digitalizada e disponibilizada no site da hemeroteca nacional digital. Visando um aspecto prático com relação ao tempo disponibilizado para a pesquisa e ao aprofundamento necessário para realizar o trabalho de pesquisa acadêmico, foram

lidas, fichadas e analisadas as edições de 1929, 1930 e parte das edições de 1931, totalizando 28 edições do jornal. Os demais anos de circulação (parte de 1931, 1932 e 1933) do periódico foram estudados partindo de material bibliográfico que havia analisado a fonte anteriormente.

A escolha dos principais temas se deu mediante à leitura, análise e comparação da fonte com os materiais bibliográficos, mas partiu sobretudo dos temas recorrentes nos editoriais do periódico, assim como no que considerei mais marcante nos discursos de criação de uma sociedade pautada nos preceitos eugênicos e na importância atribuída ao caráter racial para a formação de uma nacionalidade próspera. Assim se explica, por exemplo, a menor utilização com relação aos temas do alcoolismo, educação sexual, casamento, família, entre outros. Pois, apesar de importantes para compreender o movimento eugênico do período, não foram o foco do presente trabalho em seus objetivos estabelecidos.

O periódico atuava em propaganda com o Instituto Brasileiro de Eugenia e tinha como principal objetivo disseminar os ideais eugênicos no Brasil, conforme afirmado na primeira edição de janeiro de 1929:

Têm os leitores o primeiro numero do Boletim de Eugenia. Aparece modestamente: pequeno formato, poucas paginas. Promette pouco. Deseja, apenas, auxiliar na campanha em prol da Eugenia entre os elementos cultos da sociedade e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam, tambem, orientar-se sobre o momentoso assumpto (...) É necessário, entretanto, que a exemplo do que se faz em outros paizes, desperte ainda maior interesse, mais sérias preocupações, seja mais cultivada e applicada, porque, indubitavelmente, é a chave magna da regeneração humana. (*Boletim de Eugenia*, 1929, ed. 01, p.01)

Nota-se que o *Boletim* visava atrair mais pessoas (em especial intelectuais da época) para a campanha racial eugênica que era profundamente inspirada nos modelos europeus e que atribuíam os critérios raciais às problemáticas nacionais. Entre os temas mais debatidos ao longo do periódico estavam aqueles relacionados de alguma forma as políticas de eugenia nacional e internacional, tais quais: educação, imigração e emigração, casamento, esterilização, higiene, moral, nacionalismo, mestiçagem, política, entre outros.

Na segunda edição, o *B.E* destaca as pretensões e como seria realizada a atuação por meio do Instituto Brasileiro de Eugenia:

O instituto teria tres secções distinctas: uma de propaganda, uma de actividade pratica e outra de estudos scientificos. A primeira se incumbiria de organizar e de manter intelligente e constante propaganda de educação eugenica pelas revistas e jornaes profanos, de distribuir folhetos e cartazes com os ensinamentos a popularizar; a segunda se encarregaria de promover a execução das medidas propostas para melhorar as condições das proles, esforçando-se junto ás autoridades constituídas para o

estabelecimento de medidas legais de combate aos factores de degeneração; a terceira se incumbiria da organização de um archivo genealogico e dos estudos compreendendo a hereditariedade, a genetica, a biometrica, a estatistica, as pesquisas biologicas e sociaes relativas aos problemas eugenicos. (*Boletim de Eugenia*, 1929, ed. 02, p.01)

Por meio da organização do movimento eugenista brasileiro, mostra-se o aparelhamento que seus participantes e adeptos tinham em relação à implantação da eugenia em diferentes vertentes sociais, com todas visando o projeto maior de modificação da sociedade segundo suas teorias. Na primeira seção se concentrava a disseminação das teorias por meio das mais diversas formas de notícias da época que se concentravam principalmente em revistas, “jornais profanos” (que acredito se relacionar a jornais que abrangiam maior parte da população letrada do período), por meio da divulgação oral nas ruas das cidades, da organização de eventos eugênicos e por meio da propaganda pelas cidades. Todas essas atitudes tinham como intuito tornar popular e recrutar membros para o movimento eugênico brasileiro, afinal, com o maior número de adeptos, a implementação das próximas seções teriam maior êxito. Na segunda—de atividade prática - se concentravam as ações voltadas efetivamente para a prática de realizações em conjunto com o sistema de leis vigente no período (e com as propostas de estabelecerem novas leis) visando a diminuição dos indivíduos “degenerados” da sociedade (leia-se deficientes mentais, pessoas com deficiências físicas, alcoólicos, criminosos, negros ou qualquer um que não se encaixa no padrão eugenista). A terceira se concentra na catalogação e organização de palestras, eventos científicos, congressos e pesquisas que de alguma maneira se relacionasse a temática eugênica.

Percebeu-se com a leitura da fonte e bibliografia a implementação desses objetivos contidos na segunda edição do *B.E* ao longo dos anos e de sua existência. Ainda que as mudanças e propostas colocadas nessa edição não tenham ocorrido em completude com a forma nas quais os eugenistas desejavam, boa parte de suas propostas estavam sendo implementadas.

A propaganda manteve-se ativa por meio dos periódicos e das obras veiculadas, aumentando a expansão dessas ideias. As medidas de atividade prática encontravam maiores dificuldades, por mais que diferentes leis envolvendo a prática eugenista fossem propostas, nem todas conseguiam ser aprovadas, especialmente aquelas que eram vistas como muito radicais (proibição de casamentos, esterilização, entre outras). Ainda assim, em diferentes momentos os eugenistas contaram com o apoio das instituições legais para realizar concursos eugênicos (1929, ed. 05) ou mesmo proposição de leis da proibição de imigração japonesa (1929, ed. 11). Já no último quesito, manteve-se constantemente ativo com a realização de diversos eventos de caráter eugenista divulgados no *B.E* (1929, ed. 01. 1930, ed.06, entre outras) entre eles palestras,

congressos, seminários que divulgavam pesquisas realizadas nas mais diferentes vertentes da eugenia.

Imagem 1: Primeira edição do periódico *Boletim de Eugenia*



Fonte: *Boletim da Eugenia*, 1929, ed.01, p. 01

Na primeira edição do periódico são colocados os propósitos que se almejava para a eugenia no Brasil, assim como disseminar as visões e projetos de seus colaboradores nacionalmente. Isso ocorria, principalmente, por meio da veiculação das ideias de seu diretor, Renato Kehl, nas páginas do impresso, mesclando suas ideias com as de outros autores contidas no jornal.

2.2) A imprensa periódica no Brasil

Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração. (LUCA, 2008, p.137)

Quando o quesito é a mudança do século XIX para o século XX podem-se destacar transformações notáveis. Como as destacadas nesse texto e mencionadas pela autora, vivia-se uma efervescência de novidades nas sociedades ocidentais, cabendo aqui destacar o Brasil. A modernização era vista nas grandes avenidas, na urbanização, nas novas tecnologias, no desenvolvimento de fábricas, na expansão das ferrovias, na arte que se modificava e procurava

sua identidade antropofágica e no processo de entendimento do que era ser brasileiro, ao menos no que tange os grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

No caso da capital carioca, como visto anteriormente, condensava e adotava boa parte desse “fervor modernizante” visando abandonar os signos do passado por meio de suas fábricas, cafés e *boulevards* inspirados na moda francesa. Era o período da República, não mais da monarquia, fazia parte do que as transformações tentavam avisar.

Entre todas essas questões, era evidente que a imprensa, que chegou tardiamente (1821)⁴, iria modificar-se com o advento da modernização, procurando maneiras de inserir-se nesse cenário no qual as informações circulavam com maior velocidade e tinham poder de moldar a sociedade, sendo uma poderosa arma para aqueles que a soubessem utilizar.

Ainda que contidos altos potenciais de utilização da imprensa para entender a sociedade, por um longo período esse modelo de pesquisa foi visto com suspeição e descrença pelos historiadores. Até meados da década de 1970 a imprensa era vista como algo meramente a ser utilizado enquanto fonte de confirmação de outros objetos de pesquisa, tais quais: documentos escritos, imagens, processos criminais, etc. Ela era considerada para além da alçada dos historiadores, cabendo seu estudo para sociólogos e jornalistas, uma vez que trataria de assuntos de recortes temporais recentes, impossibilitando o afastamento temporal do historiador⁵. Como destaca Tânia de Luca:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (LUCA, 2008, P.112)

Assim, o historiador, sociólogo, jornalista ou qualquer indivíduo que tenha como meta um fazer científico ético e compromissado com a sua atuação na pesquisa, visa um afastamento do seu objeto de estudo, ou mesmo, deixar o mais claro possível para seu leitor de quais pontos sua pesquisa está partindo. É possível observar uma mudança de chave na metodologia dos historiadores, de objetos de pesquisa “proibidos” por conta de sua proximidade com o tema, para objetos de pesquisa que são passíveis de investigação, desde que considerando os critérios éticos, científicos e verificação por pares para averiguar sua utilização de novas fontes.

⁴ O primeiro folheto impresso em solo brasileiro consta da data de 1808 com a veiculação da *Gazeta do Rio*. No entanto, o folheto tinha como objetivo atualizar a população da situação política tendo em vista a transferência da corte real para o Brasil e contando com o controle da nobreza, não podendo ainda ser considerado uma expressão nacional de imprensa. Para mais ver: LUCA, 2008, P. 134.

⁵ “Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, 2008, P.112)

Não obstante, o historiador (assim como todos os seres humanos) não são máquinas programadas sem sentimentos, passividade, pensamento crítico e preferências. Por mais distante que o pesquisador tente se colocar do objeto, sempre será possível observar suas preferências: a própria imparcialidade é parcial. Dessa forma, cabe ao pesquisador tentar manter a maior imparcialidade possível enquanto profissional da ciência, entretanto, tendo em mente que a atingir cem por cento é algo impossível. Fortuitamente, isso também se aplica aos autores das fontes estudadas.

Com os novos paradigmas historiográficos da terceira geração dos *Annales* e suas ideias de expansão para os estudos da história, houve uma preocupação em expandir o repertório de objetos de pesquisa, fontes e metodologias.

Isto posto, com a aproximação e interdisciplinaridade com outras áreas (sociologia, psicanálise, linguística, semiótica), foi possível expandir o papel dos estudos sobre a imprensa e a própria utilização da imprensa, abrindo espaço para pesquisas que utilizassem/encarassem essa mídia de maneira crítica/reflexiva e não apenas como viés de confirmação. Os jornais deixaram de ser apenas uma fonte para obtenção de dados e passaram a ser a própria pesquisa histórica: seus discursos, posicionamentos, autores, colaboradores, ideologias, etc. (LUCA, 2008).

Pode-se observar que a jornada para a utilização da imprensa nos estudos históricos percorreu um longo trajeto e teve consigo mudanças nos procedimentos historiográficos que possibilitassem essa inclusão. Se agora entendia-se que a realidade dos “jornais imparciais e apenas como transmissores de fatos e informações” era algo inverídico, coube ao historiador o trabalho de, como um detetive em investigação, analisar os posicionamentos explícitos e implícitos da imprensa para solucionar problemáticas referentes ao que era disseminado nas folhas, mostrando não haver nada de natural na escolha do que seria publicado e do que não seria. Desse modo:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (LUCA *apud* CAPELATO; PRADO, 2008, P.118)

E ainda:

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras

fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro. (LUCA, 2008, P.120)

Portanto, no que tange a investigação histórica com base na imprensa e seus discursos, destaca-se seu papel ativo na modelagem da mentalidade de seu contexto histórico e até mesmo na criação de uma mentalidade coletiva duradoura, enquanto atua na produção discursiva da sociedade.

O jornal não se encontra desligado da realidade em que está inserido, seus diretores, colaboradores, editores, e leitores possuem ideologias e projetos de futuro definidos que visam perpetuar para a coletividade. No período de alto índice do surgimento de ideias e projetos, tal qual foi o início do século XX, cabe-se o olhar atento do historiador para identificar e analisar os projetos preparados pelas elites (seja econômica, política, social ou intelectual) para garantir a disseminação de seus planos em relação aos das ditas “classes perigosas”. Assim sendo, a análise de um periódico (*B.E*) da imprensa eugenista se justifica na medida que parte da compreensão dos projetos de sociedade que seus membros visavam realizar está nele defendida.

2.3) O discurso científico da eugenia

No que tange aos ideais eugenistas da época, esses eram publicizados como em uma espécie de autoafirmação visando a aprovação de outrem. Nesse discurso, destacava a eugenia enquanto uma ciência, acompanhada de diversas outras, tais quais: biologia, genética, antropologia e psicologia. Na medida que as comparações com outras ciências, lidas como sérias e estabelecidas eram realizadas no período, demonstrava-se o interesse dos autores presentes no *B.E* em atribuir aos seus estudos, movimentos, palestras e difusão de ideais como uma corrente para além da pseudociência. Assim, ao colocar-se no mesmo patamar das outras ciências visa-se adquirir credibilidade e maior aceitação da implementação de seus projetos. Conforme colocado no artigo “A eugenia como ciência e ideal social”

Ora, a Eugenia não é somente uma *theoria social*; é uma ciência, e tem um caráter objetivo. Pelo menos, apoia-se sobre outras ciencias, como a biologia, a genética, a anthropologia, a psychologia, e não se constitue, senão agrupando os elementos dessas ciencias. São os resultados não equívocos da observação e da experimentação, que, unicamente são capazes de lhe assegurar bases inabaláveis (W.Schraenen, *Boletim de Eugenia*, 1930, ed. 15, p.01)

Quando o autor W. Schraenen afirma (lembrando que Kehl traduzia e escolhia os artigos que entrariam em circulação no *B.E*) “bases inabaláveis” nota-se a tentativa se assegurar a cientificidade das teses defendidas pelos eugenistas, ainda que as mesmas “observações e experimentações” citadas um pouco antes, nunca tenham de fato se aliado aos preceitos científicos de comprovação do que era colocado pelos eugenistas enquanto fatores de condenação da sociedade e degeneração.

Assim como, no que tange as teorias de Charles Darwin, que sofreram mudanças do mundo animal para a humanidade, sendo utilizada como justificativa para a dominação imperialista entre povos “avançados” e “atrasados”. As “bases inabaláveis” tornam-se uma tentativa de justificar as falhas contidas na eugenia e blindar as teorias das críticas daqueles que observavam as lacunas deixadas pelas afirmações dos eugenistas. Tentava-se criar por uma parte do movimento eugênico teorias inquestionáveis. Ainda assim, os eugenistas pautavam-se em elementos científicos considerados questionáveis para a época e hoje vistos como puramente falsos, tais quais: a craniometria⁶, determinismo geográfico⁷ e determinismo racial⁸.

Por meio desses “métodos” eram atribuídos e diferenciados os indivíduos que eram superiores/inferiores, normais ou degenerados. Por seguidas edições do periódico (1929, ed. 04; 1929, ed. 08; 1929, ed.10; 1930, ed. 15, entre outras) são publicados artigos e pesquisas que não explicitam nenhum caráter metodológico de como foram realizados, dando a entender que por mais científico que o *B.E* se considerasse, ele visava adquirir membros que não pensavam sobre como os dados eram obtidos, mas apenas em seu conteúdo. Isso pode se explicar por um caráter de vulgarização do pensamento eugênista em divulgar suas ideias e adquirir membros dos mais diversos setores, para isso, a leitura e entendimento de suas ideias deveria ser muito clara. Entretanto, esse caráter não exclui a crítica científica com relação aos métodos pouco citados nas edições e aos questionamentos de como os dados foram obtidos. Toda ciência é passível de críticas e reformulações, fatores que os eugenistas visavam evitar ao colocar sua prática como inquestionável.

⁶ Consistia na medição do crânio de pessoas visando determinar as inclinações éticas, morais e intelectuais partindo do tamanho atingido. Por vezes, era colocado que a partir do resultado obtido com a medição a pessoa poderia inerentemente ser inclinado para a criminalidade e degeneração. Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia M. *Espectáculo das raças*.

⁷ Teoria que consiste na determinação do avanço de uma localidade ou povo por conta de sua localização geográfica no globo. Geralmente atribui que o “fracasso” de um país, povo ou cultura advém de sua localização, sem analisar profundamente a história política, econômica e social. Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia M. *Espectáculo das raças*.

⁸ Coloca que países que contém alto número de negros, mestiços e indígenas está fadado ao fracasso por conta de sua constituição racial que determinava suas características físicas e morais inferiores com relação aos brancos caucasianos (em especial europeus). Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia M. *Espectáculo das raças*.

Essa tentativa constante de autores eugenistas a colocarem como ciência pode ter explicação advinda da grande importância atribuída pelo positivismo a uma “ética científica” que entregavam as teorias como verdades absolutas para a padronização do conhecimento. Desse modo, diversas correntes do período tentavam se utilizar do *slogan* científico para garantir o respaldo que necessitavam, o apoio de parte das classes mais elitizadas e de parte dos intelectuais do período, isso sem necessariamente se atrelar ao método das ciências. Afinal de contas:

Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. (...) Com efeito, o que se percebe a partir desses e de outros exemplos é, mais do que cuidado com uma produção especializada e local, o amplo emprego das teorias deterministas da época, bem como a valorização das conclusões e práticas científicas, e o desejo de aplicá-las ao contexto nacional. (SCHWARCZ, 1993, P.34)

Por consequência, nota-se que o ideário científico era um peso fortificador para a realização concreta de ações eugênicas. Junto disso, destaca-se o interesse de manter o engajamento entre o público-alvo da revista, que consistia em membros da comunidade médica e científica, desse modo, a defesa dos ideais científicos da eugenia torna-se um preceito caro para manter os assinantes mensais e continuar com as publicações para fortificação do movimento. Todavia, mais importante do que comprovar se as teorias eram reais ou não, estava o desejo de intelectuais brasileiros em propor soluções para a “inviabilidade” da sociedade brasileira com relação ao seu atraso em comparação aos modelos europeus e estadunidense.

2.4) Os discursos de nacionalidade

Acontece frequentemente que homens de uma raça melhor qualificada entram em relações livres com mulheres de uma inferior (...). Disso resulta um caos racial (Blut-Chaos) dando origem a uma classe de parasitas, inferior em muitos sentidos. (...) Promover, nestes casos, uma drenagem eficiente só e só a custa da melhora do meio, é impossível. Isso é coisa que qualquer político, que tenha certos conhecimentos biológicos, também pode ver; qualquer diaconiza ou “slumschwester” observará mais cedo ou mais tarde que o necessário aqui é um trabalho de limpeza em regra. (LUNDBORG, *Boletim de Eugenia*, ed 17, 1930, p.03)

Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação exercida sobre eles. (...) racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. (MBEMBE, 2018, p.18)

Quando analisamos as duas citações acima, uma do artigo de Lundborg, diretor do instituto de eugenia de Upsala e autor recorrente no periódico, publicado no *B.E* intitulado “Eugenia: hereditariedade e meio do ano de 1930”; e a segunda, presente no livro *Necropolítica* (2018) do filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, podemos notar alguns pontos interessantes.

Por diversos momentos o papel do elemento nacional (ou cidadão) foi atribuído aqueles com características e virtudes morais específicas que beneficiariam a nação e a tornaria mais digna/avançada do que outras. Por vezes essas características foram o trabalho, religião, classe social, ou como nesse caso, a raça. Nesse contexto, o direito de matar citado por Mbembe aplicado ao colonialismo também se encaixa ao pensar as políticas e ideias presentes para a formação de uma nacionalidade que tivesse preceitos raciais, culturais e econômicos estabelecidos como aqueles nos quais a maioria da população não se encaixava.

Quando Lundborg afirma que a mudança da sociedade é impossível somente com a melhora do meio (educação, saneamento, higiene) e logo após justifica a necessidade de um “trabalha de limpeza em regra” reivindica-se o direito de que algumas pessoas merecem viver mais do que outras, assim como a justifica-se a prática do extermínio. Essa prática pode ser entendida de duas maneiras. A primeira diz respeito a políticas semelhantes a que ocorreu nas práticas de extermínio da Alemanha nazista. Uma segunda forma de interpretação pode ser atribuída ao extermínio não de maneira imediata, mas por meio de políticas/práticas que tem objetivam a extinção de determinadas raças e culturas nas futuras gerações de sua época. Ambos partem dos pressupostos que há grupos que merecem existir mais do que outros, derrocando nas tentativas de medidas de acabar com o outro. Ao pensar esse panorama para as décadas de 20-30, esse discurso e ideário não foi pensado/aplicado unicamente no Brasil.

Imaginar a desumanidade de um povo, raça ou etnia, se não sua inferioridade, torna o discurso de justificação do extermínio mais facilmente assimilável, conseqüentemente mais aceito e possibilita sua implementação. Nesse momento, destacam-se as falas eugenistas que impossibilitam a construção de uma nacionalidade saudável e próspera que não partam do racismo. A solução para o “problema” nacional é a exclusão ou extermínio dos inferiores para que assim cuide-se da nacionalidade brasileira. O nacional não é bom o suficiente, é inferior, como destacado na fala de Renato Kehl na publicação *Scenas deprimentes*:

Não são poucos os brasileiros que se envergonham com as cenas deprimentes que assistem nas ruas do Rio de Janeiro nos dias de carnaval. A fealdade física e a degradação moral aproveitam a oportunidade para se exibirem com todo seu repugnante e verdadeiro aspecto (...) A nossa plebe é feia, desengonçada e doente (...) Será isto o carnaval digno de ser apreciado pelos estrangeiros? (Renato Kehl, *Boletim da Eugenia*, 1929, ed.02, p.03)

Kehl mostra preocupação com a imagem da nacionalidade frente aos estrangeiros, em um sinal de preocupação ou mesmo da tentativa de aprovação de outrem. Ainda destaca as características físicas da população, se mostrando descontente com a formação física das camadas populares da nação. A revolta também ocorre com relação ao uso de álcool, algo que era desincentivado por parte dos eugenistas por ser um agente nocivo e de degenerescência moral, mas, o destaque de sua insatisfação vai para a formação da sociedade brasileira frente ao estrangeiro. A formação de um povo feio e menos evoluído que o estrangeiro.

Esse movimento e forma de pensamento não é estranho aos eugenistas, uma vez que os debates sobre formação de nacionalidade se inspiravam fortemente em modelos europeus. Dessa forma, a missão eugenista era diretamente associada ao projeto de nação, sendo um dever do patriota brasileiro a defesa dos ideais eugenistas de raça. Como afirmado por Kehl no tópico: não basta gritar: - Viva o Brasil!

É preciso ser um bom brasileiro, auxiliando por todos os modos, o melhoramento physico, psychico e moral dos nossos patrícios. É preciso também um bom cidadão, zelando eugenicamente, pelo futuro das gerações que povoarão o Brasil de amanhã. Eis por que devemos todos estudar, pregar e praticar as leis dictadas pela eugenia. (Renato Kehl, *Boletim da Eugenia*, 1930, ed. 19, p. 19)

Na leitura proposta de Kehl, o cidadão brasileiro verdadeiramente patriótico estaria atrelado, segundo seus ideais, aqueles que estivessem dispostos a construir e pregar as teorias em território nacional, auxiliando na formação de uma nacionalidade moral e fisicamente superior. Observa-se, portanto, que a criação de uma nacionalidade brasileira atrelada ao critério racial era um projeto que tinha os indivíduos que ocupariam os postos de maior hierarquia social definidos. Afinal de contas, a eugenia defendida especialmente por Kehl e outros autores do *B.E.*, periódico cujos discursos políticos veiculados eram pouco republicanos, não tinha lugar para negros e mestiços, pois, ironicamente, o único elemento verdadeiramente profícuo para a nacionalidade brasileira seria aquele avindo das características do europeu.

Desse modo, a utilização desse modelo é marcada em sua função de manter no poder as hierarquias que por anos se beneficiaram do racismo e escravismo presentes em solo nacional, que tratou de cristalizar o poder na mão de uma identidade nacional que por séculos já dominavam os cenários políticos, econômicos e sociais brasileiros. Tratava-se de um empreendimento de manutenção do poder na mão dos mesmos grupos, mas com uma aura de novidades cara ao moderno século XX (SCHWARCZ, 1993, p. 42).

Já no que concerne ao futuro desejado pelos eugenistas do período, Kehl demonstra um pouco de seu pensamento durante um artigo intitulado “pelo aperfeiçoamento da nacionalidade”

que trata sobre o primeiro concurso de eugenia realizado em São Paulo sob a orientação do serviço sanitário de Estado, ou seja, uma política pública.

Dessa seleção derivam varias conseqüencias de valor: em primeiro lugar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se esclareçam no tocante á constituição de proles sadias e bellas; em segundo lugar, serve para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenizados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantísimos estudos relativos á hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças, etc (...) A eugenização é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atilado (Renato Kehl, *Boletim de Eugenia*, 1929, ed. 05, p.01)

Imagem 2: Concurso de eugenia realizado no estado de São Paulo

Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

A 1.^a Brasileira Eugenizada

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitario de São Paulo, fui assistir á entrega dos premios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Americas.

Coube-me a honra de entregar o galardão destinado á primeira brasileira considerada oficialmente eugenizada.

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», a São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade Eugénica criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em prol da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse logar o primeiro Concurso de Eugenia. Exultei com a sua realização. Ella tem alta significação como exemplo e emulação para o *fomento da paternidade digna* e como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugenico está dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente.

Um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton consiste na selecção dos «bem dotados», isto é, na escolha dos melhor preparados physica, psychica e mentalmente. Dessa selecção derivam varias conseqüencias de valor: em primeiro lugar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se esclareçam no tocante á constituição de proles sadias e bellas; em segundo lugar, serve para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenizados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantísimos estudos relativos á hereditariedade, ao meio social e familiar, ao

Cuidar do aperfeiçoamento eugenico é cultivar as bases da felicidade do povo e fortalecimento integral do paiz.

Para a alma humana, um corpo sadio é um asylo; um corpo doente é um carcere. — Bacon.

A Eugenização é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atilado.

selecção dos concorrentes inscriptos. Obedeceu ella o seguinte criterio: a) organizda a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicança a ascendencia dos inscriptos: b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submettidos a uma segunda selecção, sendo eliminados 40, por varios motivos. Submettidos a um cuidadoso exame os 30 escolhidos foram retirados 7, dos quaes, finalmente, a commissão classificou os seguintes: 1.^o premio Adenir Ferreira de Carvalho, 2.^o Ruth de Carvalho Lopes, 3.^o Rachel Celeste Bonaro.

A Ademir conta 3 annos, tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios.

Como disse na entrevista supra citada, a idade estipulada não me pareceu muito feliz. Seria melhor que o concurso fosse para crianças na idade escolar. Uma verdadeira selecção eugenica deveria comprehender somente individuos em completo desenvolvimento somatico-psychico. Entretanto, esta minha restricção em nada pretende diminuir o valor desse bello empreendimento, que teve de subordinar-se ás condições estipuladas pelos idealizadores do



Adenir — 3 annos — 1.^o Premio do 1.^o Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitario do Estado.

Fonte: *Boletim da Eugenia*, 1929, ed.5, p. 01

Na imagem acima é possível observar a criança vencedora do concurso, Adenir, de três anos. É possível inferir que a menina, apesar de viver em um país de predominância racial parda, não possui essa característica tão marcante da população, sendo por conta disso, tida como imagem/modelo para representar o nacional. Nos comentários de Kehl são exaltadas as características físicas da vencedora do concurso eugênico, mas também o caráter biológico que

a caracterizam como um “ensaio da patronagem da futura elite nacional”, dessa forma, perpetuando a ideia de que no futuro, com o sucesso de seus projetos, a administração da nação estaria nas mãos de pessoas semelhantes eugenizadas.

Assim, observamos o caráter nacionalista excludente, tendo em vista que o elemento nacional apoiado por suas ideias pouco se encaixa com a maioria da população do país, estando muito mais atrelado a uma pequena elite que mantém seus interesses em voga. Por meio de discursos como esse, Kehl não escondia sua admiração pelas políticas raciais implementadas em países estrangeiros como Estados Unidos da América e Alemanha. Como destaca Souza:

Apoiado em argumentos racistas e biologicamente deterministas, Kehl explicava que não haveria solução para os problemas nacionais sem o desenvolvimento de uma “política biológica” radical, inspirada nos ditames da higiene racial alemã. Em sua interpretação, como o grande mal do país era um “mal de raça”, o governo deveria impedir urgentemente a proliferação de indivíduos racialmente “indesejáveis”, mesmo que para isso tivesse que utilizar medidas extremas como a segregação racial, a esterilização eugênica e a eutanásia (Kehl, 1933). Nesse período, chegou mesmo a fazer elogios ao recém-criado tribunal eugênico nazista, que havia instituído as leis de esterilização em todo o Reich. (SOUZA, 2016, p. 100)

Desta maneira, pois, podemos inferir alguns dos motivos para o contentamento de Kehl com a intervenção do Estado de São Paulo para com a realização de concursos eugênicos. Quiçá, para ele, esse movimento representava uma ação efetiva do Estado em direção a projetos que no futuro ele demonstrou forte apoio e admiração: o projeto nazista (no quesito racial) era um ideal a ser seguido pela elite brasileira eugenista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, salientei as diferentes visões e projetos que eram atribuídos à eugenia no Brasil e internacionalmente, destacando que esse processo recebeu amplas influências e contava com diferentes vertentes tais quais a eugenia positiva, negativa e “preventiva”.

O cenário brasileiro no início do século XX era vasto, repleto de novidades e projetos de futuro, influências surgiam de todos os lados, entre elas foram destacadas aqui a eugenia, cientificismo e nacionalidade. Acima de tudo, a fonte de estudo *Boletim de Eugenia* se destaca no trabalho, pois se visou colocar seus pontos e percepções acerca da implementação da eugenia no país, especialmente de seu diretor Renato Kehl e sua ligação com uma área mais radical desse movimento.

Assim sendo, foi possível observar que a criação de projetos nacionais dos mais diversos (políticos, econômicos, sociais) passavam primariamente pelo critério da produção da diferença racial e disseminavam a ideia de que todos os problemas poderiam ser revolidos por meio das

diferentes áreas da eugenia (controle de imigração, esterilização, controle matrimonial, educação sexual e formação de uma nacionalidade europeizada). No entanto, a mudança não caberia a promoção de educação, saúde, empregos e cultura (pelo menos para a ala da eugenia radical), visto que os indivíduos estavam hereditariamente condenados.

O projeto de país dos eugenistas promovia, portanto, a participação de elementos eugenicamente selecionados para ocupar os cargos de poder e modificar a sociedade, os que não cabiam em seu projeto deveriam desaparecer. O movimento buscava aporte científico para se manter de pé em uma época que o selo ciência tinha grande peso. A atribuição da eugenia enquanto ciência era reafirmada constantemente no periódico, visando a partir dessa nomenclatura uma maior aceitação por conta da febre científica positivista do período.

Os projetos de nacionalidade visavam manter os antigos grupos no poder, ampliando seus poderes e influência, na medida que afundava ainda mais a população que não correspondia aos seus ideais. Desse modo, o projeto de nação contido no *Boletim de Eugenia* reflete a sociedade brasileira da época, mas não se encontra parado no tempo. Suas influências e ideias moldaram parte da população do período que corroborou e disseminou para manter seu *status quo*, assim como afetou diretamente as populações que eram prejudicadas pela inferiorização (pretos, pardos, indígenas). Assim, o cerne do debate eugênico presente no jornal se pauta na diferença racial enquanto elemento definidor da sociedade e de seu valor superior ou inferior. Cabe ressaltar, que neste trabalho nem a eugenia e nem o periódico foram estudados por completo, foram destacados apenas algumas das vertentes dos mais diversos temas e diferenciações.

A eugenia possuía diferentes interpretações, desde casos como o do nazismo alemão, ao aqui apresentado e até mesmo em sua aliança ao sanitarismo. Já o periódico, produzia escritos dos mais diversos temas: educação sexual, casamento, papel das mulheres na sociedade, imigração, guerra, entre outros. Portanto, a temática não se encontra finalizada, ainda restam muitos caminhos a serem seguidos, apontados e expandidos na pesquisa sobre eugenia no Brasil para verificar sua influência no cenário nacional e a manutenção da desigualdade de oportunidades em uma república pouco republicana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, 1-4, 1929 – 1933

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **Sanear é eugenizar: a eugenia “preventiva” de Belisário Penna a serviço do saneamento do Brasil, 1920-1930.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro v.29, n.3, jul.-set. 2022, p.645-660

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, Angela de Castro; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação: Olhando para Dentro – 1930 – 1964.** São Paulo: Objetiva, 2013.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos impérios: 1875 – 1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOVAIS, Fernando A.; Sevcenko, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORWELL, George. **Na pior em Paris e Londres.** São Paulo: Companhia das Letras, 1933.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de; *et al.* **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

ROCHA, Simone. “Eugenia no Brasil: análise do discurso ‘científico’ no Boletim de Eugenia: 1929-1933”. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 100. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Juliana Ferreira da; SILVA, Luender Rytchell Martins. **Gene e caráter como maldição hereditária: discursos sobre criminalidade e anormalidade no Boletim de Eugenia (1929-1932)**. Memorandum 40, Belo Horizonte, 2023.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.23, supl., p.93-110, 2016.

ANEXO

Anos	Colaboradores	Principais temas abordados nos editoriais
1929	Herman Muckermann (5 edições) João Ribeiro (3 edições)	Nacionalidade Cientificidade da eugenia Educação sexual Imigração
1930	Octavio Domingues (3 edições)	Cientificidade da eugenia Superioridade e inferioridade de raças Educação sexual, casamento e família

Fonte: Boletim da Eugenia (1929-1930), elaborado pelo autor.

Observações: - Foram considerados apenas autores que aparecem em pelo menos três edições.

- Para o autor ser considerado, ele deveria ter publicações com sua própria autoria. Não foram considerados as citações de outros autores.
- Os temas abordados nos editoriais e edições são vastos e por vezes se mesclam, por conta disso houve a tentativa de simplificação em temáticas gerais.